



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Data da reunião: 28/04/2022
Presidente: Senador Rodrigo Cunha

1ª Parte - Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

2ª Parte - DELIBERATIVA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 3883/2019</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais.</p> <p>Autoria: Comissão Senado do Futuro (CSF)</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.	<p>O projeto promove alterações no Marco Civil da Internet (MCI – Lei 12.965/2014), na Lei Geral de Telecomunicações (LGT – Lei 9.472/1997) e na Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust – Lei 9.998/2000) para estabelecer o direito aos usuários da <i>internet</i> de acesso contínuo e gratuito a serviços públicos digitais considerados essenciais, a ser subsidiado com recursos do Fust.</p> <p>Ao MCI são acrescentados dispositivos para que: a) o usuário da <i>internet</i> tenha direito de acesso, contínuo e gratuito, aos chamados “serviços públicos digitais considerados essenciais”, a serem definidos em regulamentação específica; b) a fruição do novo direito se estenda aos planos de conexão adquiridos pelo internauta, que não poderão descontar, na franquia contratada, o volume de dados consumido no acesso aos serviços digitais essenciais; e c) a fruição do novo direito seja implementada a partir de política pública financiada com recursos do Fust. O projeto insere o art. 81-A na LGT, permitindo a utilização dos recursos do Fust para “financiar as políticas públicas destinadas a promover a inclusão digital, a massificar o acesso aos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados em regime privado e a subsidiar o acesso a serviços públicos digitais considerados essenciais”. Por fim, altera a Lei do Fust prevendo a possibilidade de aplicação dos valores recolhidos para o financiamento de políticas públicas voltadas à inclusão digital, para a massificação de serviços de telecomunicações prestados em regime privado e para o subsídio ao acesso gratuito a serviços públicos digitais.</p>

Data da reunião: 28/04/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				<p>O relator propõe a aprovação do PL com ajustes para adequá-lo às inovações promovidas na Lei do Fust pela Lei 14.109/2020 e pela Lei 14.173/2021, que previram, entre outros dispositivos, a possibilidade de os recursos do Fundo serem destinados a cobrir os custos relacionados a “programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso da sociedade a serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades”.</p> <p>A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.</p>
2	<p>PDL 316/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo</p>	Senador Rodrigo Cunha	Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações para suprir lacuna na documentação que instrui o processo de renovação da autorização. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.</p>
3	<p>PDL 307/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo</p>	Senador Carlos Viana	Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações complementares ao Ministro das Comunicações. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.</p>
4	<p>PDL 586/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Aliança Comunitária (Alicom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo</p>	Senador Izalci Lucas	Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, tendo em vista ausência nos autos do processo de documento necessário à instrução do pedido. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.</p>

Data da reunião: 28/04/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	<p>OFS 18/2017</p> <p>Ementa: Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 32/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 32, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Jean Paul Prates	Pelo arquivamento da matéria.	<p>Comunicação de alteração de controle societário da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal/RN.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.